



**BRB ADMINISTRADORA E  
CORRETORA DE SEGUROS S.A.**  
CNPJ 42.597.575/0001-83



### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (valores expressos em reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RESERVA DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>47.178.000</b>	<b>9.435.600</b>	<b>62.775.142</b>	-	<b>119.388.742</b>
Dividendos distribuídos	-	-	(52.775.142)	-	(52.775.142)
Lucro do exercício	-	-	-	84.986.097	84.986.097
Realização de reservas	-	-	(10.000.000)	10.000.000	-
Destinações:					
Dividendos	-	-	-	(50.000.000)	(50.000.000)
Dividendo adicional proposto	-	-	44.986.097	(44.986.097)	-
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>47.178.000</b>	<b>9.435.600</b>	<b>44.986.097</b>	-	<b>101.599.697</b>
<b>MUTAÇÕES NO PERÍODO</b>	-	-	<b>(17.789.045)</b>	-	<b>(17.789.045)</b>
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>47.178.000</b>	<b>9.435.600</b>	<b>44.986.097</b>	-	<b>101.599.697</b>
Dividendos distribuídos	-	-	(44.986.097)	-	(44.986.097)
Lucro do exercício	-	-	-	727.575.113	727.575.113
Destinações:					
Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	(93.243.785)	(93.243.785)
Dividendos	-	-	-	(88.649.993)	(88.649.993)
Dividendo adicional proposto	-	-	235.199.033	(235.199.033)	-
Reserva de margem operacional	-	-	310.482.302	(310.482.302)	-
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>47.178.000</b>	<b>9.435.600</b>	<b>545.681.335</b>	-	<b>602.294.935</b>
<b>MUTAÇÕES NO PERÍODO</b>	-	-	<b>500.695.237</b>	-	<b>500.695.238</b>

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (valores expressos em reais)

	SEGUROS BRB		SEGUROS BRB-CONSOLIDADO	
	2021	2020	2021	2020
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado	(222.428.942)	82.319.529	(210.873.464)	87.178.726
Total das variações nos Ativos	(479.153.487)	(2.365.395)	(493.081.127)	(6.971.341)
Total das variações nos Passivos	349.408.794	(8.990.081)	356.023.468	(8.893.264)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(352.173.635)</b>	<b>70.964.053</b>	<b>(347.931.123)</b>	<b>71.314.121</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>468.175.327</b>	<b>(1.848.786)</b>	<b>466.858.233</b>	<b>(2.441.970)</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(138.229.882)</b>	<b>(120.366.856)</b>	<b>(135.629.643)</b>	<b>(120.366.856)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(22.228.190)</b>	<b>(51.251.589)</b>	<b>(16.702.533)</b>	<b>(51.494.705)</b>
<b>MODIFICAÇÕES NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>				
Início do Período	112.362.764	163.614.353	116.416.995	167.911.700
Fim do Período	90.134.574	112.362.764	99.714.462	116.416.995
<b>Variação Líquida do Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>(22.228.190)</b>	<b>(51.251.589)</b>	<b>(16.702.533)</b>	<b>(51.494.705)</b>

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### Nota 1 - Contexto operacional

1.1 A BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A. ("Seguros BRB" ou "Companhia") é uma sociedade de capital fechado, integrante do Conglomerado BRB, liderado pelo BRB – Banco de Brasília S.A., constituída em 15 de abril de 1977, com sede em Brasília, tendo como objetivo a administração e corretagem de seguros dos ramos elementares, riscos pessoais, títulos de capitalização, planos previdenciários e outros produtos coletivos, e a corretagem de planos de saúde, planos odontológicos, consórcios e títulos/planos de viagem.

A BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A. é acionista da Companhia BRB Serviços S.A., cujo objeto social é a prestação de serviços a empresas do conglomerado BRB e Órgãos da Administração Pública, na qual detém 100% da participação acionária, e controlada pela Cartão BRB S.A.

#### 1.2 Parceria BRB e WIZ

No final de 2020 o BRB – Banco de Brasília S.A. ("BRB"), controlador indireto da Seguros BRB, abriu processo competitivo para realização de parceria estratégica com o objetivo de potencializar os negócios da sua subsidiária indireta de corretagem de produtos de seguridade nos canais de distribuição do BRB. O processo competitivo foi concluído com auxílio dos assessores de investimentos em abril de 2021, com a seleção da empresa Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A.

Em junho de 2021, o BRB, a Seguros BRB e a Wiz celebraram o contrato de compra e venda de ações, por meio do qual a Wiz, sujeita a determinadas condições precedentes, se comprometeu a adquirir 50,1% (cinquenta inteiros e um décimo por cento) ("Aquisição") das ações de emissão de uma nova corretora de seguros ("NewCo"), a ser constituída pela Seguros BRB, mediante cessão de ativos e obrigações relacionados à atual operação de produtos de seguridade do Conglomerado BRB incluindo o direito de exploração econômica do acesso à rede de distribuição do BRB – Banco de Brasília, outorgado por ele formalmente à Seguros BRB, após a aprovação pelos órgãos competentes da criação da nova corretora de seguros ("NewCo").

Em 12/08/2021 a operação foi aprovada pela CADE e em 29/12/2021 o Banco Central do Brasil (BACEN) autorizou a constituição da nova corretora de seguros ("NewCo").

O BRB, em 30/12/2021, após concretizada a operação e visando a segurança jurídica da parceria estratégica, outorgou de maneira não onerosa à Seguros BRB o Direito de Exploração Econômica do acesso à Rede de Distribuição unicamente para a corretagem e intermediação, pelo período de 20 anos, com a prerrogativa de transferi-lo, no todo ou em parte a terceiros. A referida outorga não onerosa não teve quaisquer custos ou obrigações da Seguros BRB. Ato contínuo, para definição do valor do acervo da Seguros BRB a ser aportado na nova corretora de seguros ("NewCo"), esta contratou a UHY Bendoraytes & Cia Auditores Independentes, a qual avaliou o Direito de Exploração Econômica do acesso à Rede de Distribuição pelo valor aproximado de R\$ 945.210.854.

Ainda no dia 30/12/2021 a assembleia geral da NewCo ratificou a nomeação do avaliador para a elaboração do laudo, aprovou o laudo e o aumento de capital, este teve como base a transferência de ativos e passivos da Seguro BRB no valor líquido de R\$ 940.401.598, em conformidade com laudo da UHY Bendoraytes & Cia Auditores Independentes, o qual inclui a subotorga do Direito de Exploração Econômica do acesso à Rede de Distribuição do BRB, anteriormente mencionado e avaliado em R\$ 945.210.854.

Após o cumprimento das condições precedentes externas ao grupo BRB, em 30/12/2021, a BRB Seguros finalizou o processo de constituição e o registro na SUSEP da nova corretora de seguros ("NewCo").

Para finalizar a operação e concretizar a parceria estratégica foi realizada a alienação de 50,1% da participação da Seguros BRB na BRB Corretora de Seguros S.A. ("NewCo"), para a empresa Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. ("Wiz"), no valor de R\$ 471.141.201. Os principais reflexos dessa operação nas demonstrações contábeis do exercício de 2021 foram:

- Reconhecimento do ativo intangível outorgado, de maneira não onerosa, cujo valor justo foi estimado em R\$ 945.210.854, em contrapartida ao reconhecimento de Receita com aquisição de ativo intangível de maneira não onerosa;
- Transferência do ativo intangível supracitado, em contrapartida de investimento em coligadas e controladas pela oportunidade da integralização de capital da Seguros BRB na NewCo, cujo capital social foi R\$ 940.401.598 (outros ativos e passivos também foram aportados);
- Valor da venda de 50,1% das ações da NewCo para Wiz pelo montante de R\$ 471.141.201, ensejando na baixa de investimento em contrapartida de contas a receber;
- a. recebimento da 1ª parcela ocorrerá em janeiro de 2022, no valor de R\$ 300.000.000;
- b. o saldo restante será recebido em três parcelas anuais no valor de R\$ 57.047.067, que ocorrerão em 2023, 2025 e 2026;
- Imposto de renda e contribuição social da transação: R\$ 102.000.000;
- Imposto de renda e contribuição social diferido da transação R\$ 219.317.690.

Adicionalmente aos reflexos contábeis acima descritos, houve também transferência da operação da Seguros BRB para NewCo, a qual contemplou:

- Transferência dos sistemas operacionais;
- Transferência dos contratos operacionais com as seguradoras;
- Transferência dos ativos imobilizados;
- Transferências dos colaboradores para a NewCo, bem como todas obrigações e direitos a eles vinculados, como provisões trabalhistas, encargos, adiantamentos salariais.

No bojo do processo de reestruturação acima mencionado, as operações de corretagem de seguros a partir de 2022, serão realizadas pela coligada BRB Corretora de Seguros S.A. ("NewCo"), desta forma, as referidas operações serão descontinuadas na Seguros BRB. Face aos valores das operações continuadas não serem relevantes no conjunto das Demonstrações Contábeis, as mesmas estão sendo apresentadas não considerando essa segregação. As principais operações que serão continuadas em 2022 são: receitas de aluguéis de imóveis próprios, receita de aplicações financeiras e receita de equivalência patrimonial.

#### Assessoramento e consultoria

A operação contou com assessoramento jurídico, tributário e contábil de empresas renomadas no mercado a fim de avaliação de potenciais riscos envolvidos na operação.

Os aspectos fiscais aplicáveis a transação, bem como eventuais riscos tributários envolvidos na operação enfatizam que a receita reconhecida na Seguros BRB na outorga do direito intangível tem natureza jurídica de avaliação a valor justo (AVJ) do ativo, desta forma, não há reconhecimento de qualquer receita passível de tributação pela Seguros BRB, uma vez que, neste momento, não auferiu qualquer acréscimo patrimonial na transação que pudesse ser considerado como "realizado". Neste contexto, a legislação fiscal permite que tal ganho seja oferecido à tributação somente no momento da realização do ativo, podendo ser promovida exclusão mediante ajuste extracontábil no Livro de Apuração do Lucro Real ("LALUR"), e, ainda, define que a condição para tributação do AVJ evidenciado em subconta é a realização do ativo que lhe deu origem, o que ocorre mediante depreciação, exaustão, alienação ou baixa. A tributação antecipada desses valores seria uma afronta ao princípio da capacidade contributiva, tendo em vista que o valor corresponde apenas a expectativa do valor de mercado do ativo e não de transação realizada com terceiros com realização de renda.

Nessa situação específica, a legislação determina que o valor de AVJ será tributado pela sociedade investidora (Seguros BRB) conforme a realização do ativo na sociedade investida (NewCo). Alternativamente, a legislação ainda determina que o valor do ganho de AVJ também estará sujeito à tributação em caso de alienação ou liquidação da participação societária, pelo montante realizado.

Em síntese, o entendimento é que não ocorrerá tributação por IRPJ/CSL na outorga e subotorga de Direito de Exploração Econômica do acesso à Rede de Distribuição do BRB e outros ativos, em razão do art. 17 da Lei 12.974/2014. Ressalta-se, ainda, que o ganho decorrente da mensuração de ativo a valor justo e a alienação de ativo contabilizado em conta de investimento não estão sujeitos à tributação do PIS/COFINS.

#### Nota 2 - Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e o Pronunciamento Técnico de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ("CPC-PME") emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração utilize julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, a provisão para cancelamento de comissões, provisão para contingências, depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a

imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Seguros BRB revisa periodicamente essas estimativas e premissas. Em conformidade com a Resolução nº 1.184, de 15 de setembro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2022.

#### Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, efetuando teste de recuperabilidade nos ativos financeiros básicos, conforme CPC PME. A Companhia mensura ativos financeiros básicos e passivos financeiros básicos, conforme CPC PME, ao custo amortizado deduzido de perda por redução ao valor recuperável ou ao valor justo.

#### Moeda funcional

Nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Seguros BRB atua. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Seguros BRB.

#### Nota 3 - Principais práticas contábeis

##### a. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao custo amortizado".

##### b. Instrumentos financeiros

O CPC 48 - Instrumentos financeiros, equivalente à norma internacional IFRS 9, substituiu a partir de 1º de janeiro de 2018 o CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais alterações foram:

#### Classificação e Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros

São três categorias de classificação para os ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. E para os passivos financeiros: mensurados ao custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção do contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

#### Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado da Companhia referem-se a créditos a receber de comissões das seguradoras pela atividade de corretagem de seguros, prestação de serviço, e estão apresentados pelo valor de realização e títulos de capitalização, conforme descrito na Nota 6.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

A Companhia avalia os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se forem atendidas ambas as condições a seguir:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida).

#### Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente.

Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando a Companhia se beneficia destes proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

#### Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou compra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são